

COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COMUNICADORAS NO BRASIL

ARTICLE¹⁹



SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

06 METODOLOGIA

08 ENCONTROS E OFICINAS - UM CAMINHO PARA ESPAÇOS DE SORORIDADE

09 PERFIL DAS PARTICIPANTES

11 ROTEIRO DOS ENCONTROS E DAS OFICINAS

12 RELAÇÕES SEXISTAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

15 COMPETÊNCIAS FEMININAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

19 CONTEXTO PESSOAL E FAMILIAR

21 OS RELATOS DE VIOLÊNCIA

27 UMA CONCLUSÃO E MUITOS CAMINHOS

APRESENTAÇÃO

FREQUENTEMENTE SE DIZ POR AÍ QUE É PRECISO DAR VOZ ÀS MULHERES. Também é dito que as mulheres precisam e devem ocupar os espaços de poder. Falam que as mulheres têm o direito de exigir os seus direitos. Também nos contam que as mulheres têm o direito de falar. O direito de falar sobre suas vidas e sobre tudo que as cerca, do voto à casa, afinal o privado também é político. Está escrito, inclusive, que as mulheres têm o direito a viver suas vidas livres de violência e de qualquer outra forma de opressão.

Poucas vezes, no entanto, lembramos que para que nossa voz ecoe é preciso que alguém a escute. Nossa voz perdida no ar deixa as palavras (e nossos direitos) à deriva. Assim, comunicar mais do que ter o direito de falar é ter o direito de sermos ouvidas, com respeito, dignidade e responsabilidade. Sem disposição de escuta, nossa voz se torna dissonante, cacofônica, desafinada.

Nossa voz, trazendo palavras que não querem ser ouvidas, quer seja por discordância ou por falta de abertura para o diálogo, quer seja por processos históricos de privação de direitos e manutenção de privilégios, é calada – simbólica e fisicamente. Sofremos a ameaça – verdadeira – de sermos privadas de nosso direito de nos comunicarmos livremente quando dizemos aquilo que não quer ser ouvido, quando defendemos a dignidade humana de todos e todas indistintamente, quando não nos calamos diante do que é injusto, vil, violento.

Construir espaços de troca nos quais as mulheres possam soltar as suas vozes, libertando-se daquele ‘cuidado com o que você vai falar’ que estamos tão acostumadas a ouvir e que com frequência nos impede de ocupar a cena pública com receio de que o que temos a dizer não é relevante, é um ponto crucial e fundamental para que tenhamos experiências democráticas de fato.

Neste momento em que vivemos um retrocesso na garantia dos direitos, retrocesso que atinge substancialmente as mulheres, faz-se importantíssimo compreender que as lutas feministas são aquelas que buscam e reivindicam igualdade tanto material, quanto simbólica não apenas para as mulheres, mas para todas as pessoas, indistintamente. São aquelas lutas que clamam por respeito e liberdade para viver de múltiplas e diversas formas, nos mais diversos corpos que trazem a história de cada um e cada uma de nós.

É nessa perspectiva que o projeto ‘Mulheres de Expressão’ foi idealizado. É nessa perspectiva que buscamos construir uma metodologia de cuidado e escuta, garantindo a liberdade de expressão de suas participantes.

Boa leitura!

METODOLOGIA



NOS ÚLTIMOS ANOS, A ORGANIZAÇÃO ARTIGO 19 tem realizado uma série de pesquisas e investigações sobre a garantia do direito à liberdade de expressão e suas violações. No entanto, ao se deparar com os conteúdos produzidos, notamos que as mulheres comunicadoras neste contexto não apareciam como um recorte específico dos casos de violações.

Passamos a nos perguntar o porquê de tal invisibilidade. Partindo da compreensão do cenário da violência contra as mulheres no Brasil, remanesce a dúvida sobre possíveis casos dentre as mulheres comunicadoras, o que não caracterizaria, necessariamente, violação à liberdade de expressão.

No entanto, como chegar a essa informação? Como buscar as nuances dessas situações sem partir do pressuposto de que tais violências ocorrem, como se fosse um dado *a priori* necessitando apenas de comprovação? Além disso, investigações baseadas em questionários semiestruturados não dariam conta de fazer emergir essas informações. O levantamento de dados quantitativos sobre o exercício da profissão não conseguiria apresentar dados sobre eventuais formas de violência sofrida pelas mulheres.

Portanto, seria necessário criar espaços de fala e escuta, no qual a construção de um ambiente seguro e confiável pudesse permitir às mulheres comunicadoras externar suas histórias e vivências, configurando processos de nomeação de violências sofridas. Se há violências, quais são elas, como operam, em que contextos, que recursos possuem as mulheres para lidar com essas situações.

Assim, construímos o projeto ‘Compreendendo a Violência contra Mulheres Comunicadoras no Brasil’, que teve início no ano de 2016, com encontros e oficinas realizadas nos estados do Nordeste (Pernambuco e Bahia com participação de mulheres dos estados: Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia) e, no ano de 2017, nos estados do Sudeste (Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais). Tivemos uma representante do Rio Grande do Sul, que atuou como facilitadora dos encontros.

Apostamos que a construção de espaços de troca e diálogo – no formato de encontros e oficinas, com foco nos relatos qualitativos das experiências vividas nestes encontros, poderia nos levar à compreensão das violações sofridas pelas profissionais da comunicação, não apenas em seu universo de trabalho, mas levando à reflexão sobre as relações de gênero na família, nas instituições, enfim, no contexto social como um todo. Nosso objetivo era construir um espaço onde as mulheres pudessem falar e se escutar, na busca por construir um ambiente no qual a relação de empatia e respeito uma pelas outras estivesse presente. Enfim, um espaço de sororidade.

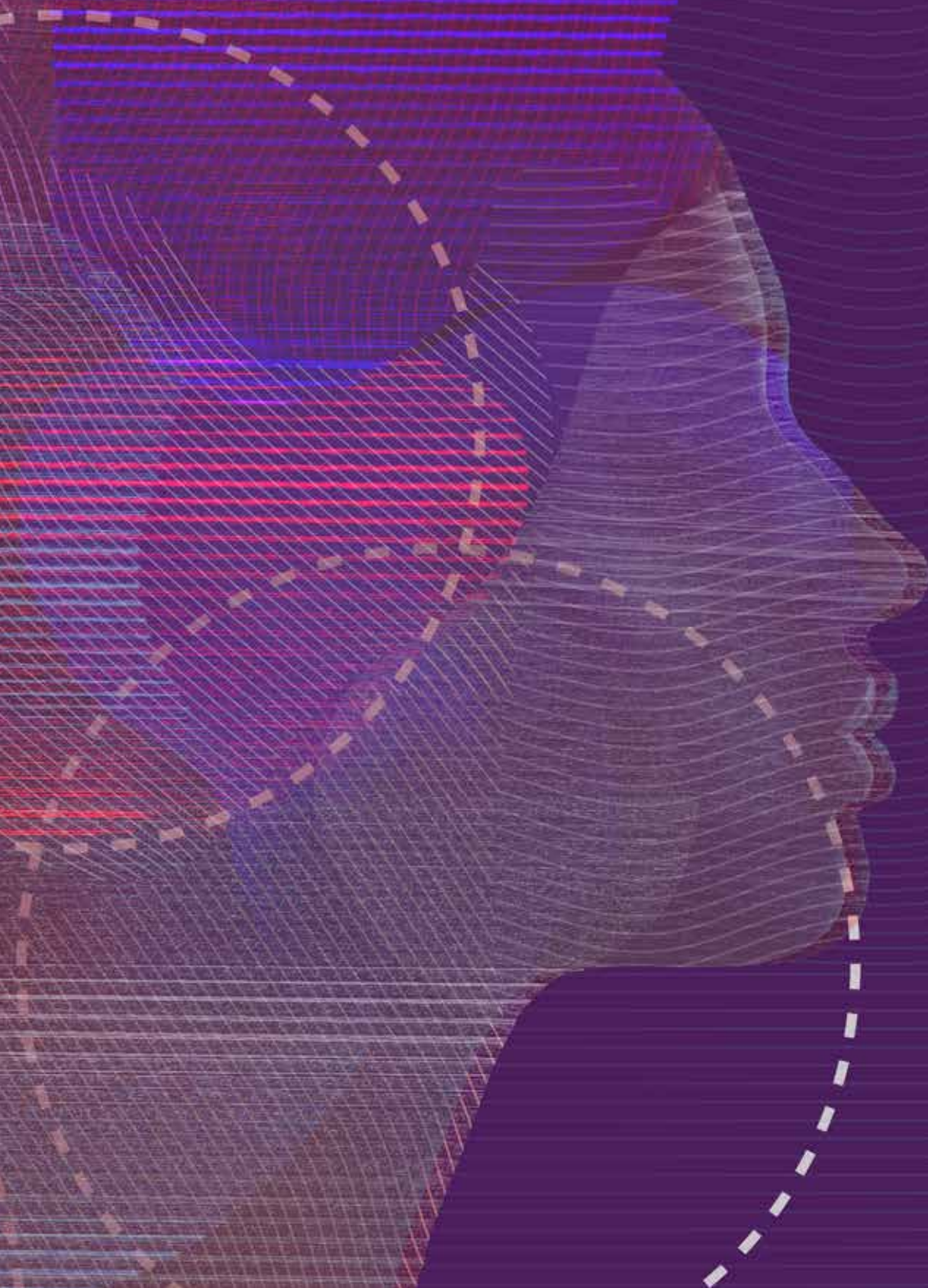
A proposta, assim, garantiu, que as respostas aos questionários extrapolassem seu preenchimento de forma simplificada, com um sim ou um não apenas. Na coleta do material, percebemos a disposição em nos dar as informações pedidas de forma complexa e ampla, desafiando-nos quando da análise do material. A construção de espaços de debate e troca garantiu a edificação de um ambiente seguro que não só permitiu a nomeação de situações de violência e abusos sofridos, como também possibilitou a reflexão sobre momentos e condições naturalizadas de discriminação. Ao escutar o que outra comunicadora diz sobre sua história, possibilita-se a abertura de um processo em que se revisita a própria história.

Olhar a outra e ouvi-la traz-me o efeito de olhar sobre mim, revelando a dimensão coletiva das experiências individualmente vividas.

E ainda que as situações possam não apontar diretamente para a violação direta do exercício do direito da liberdade de expressão, ao trazermos a dimensão de gênero, constatamos que sua violação pode se dar por via reflexa, quando a discriminação e a violência de gênero contra as mulheres estão presentes. São duas dimensões que se interconectam e pelos relatos se exacerbam quando relacionadas também à dimensão racial ou orientação sexual.

ENCONTROS E OFICINAS

– UM CAMINHO PARA
ESPAÇOS DE SORORIDADE



PARA REALIZAR ESSA EMPREITADA, a ARTIGO 19 convidou a Rede de Mulheres da AMARC Brasil - Associação Mundial de Rádios Comunitárias. A AMARC possui experiência de atuação em rede e troca de experiências na luta pelos direitos das mulheres, em especial das mulheres radialistas. Além das comunicadoras da AMARC, também participaram integrantes da Rede de Mulheres em Comunicação. Essas redes se entrelaçam na sua atuação.

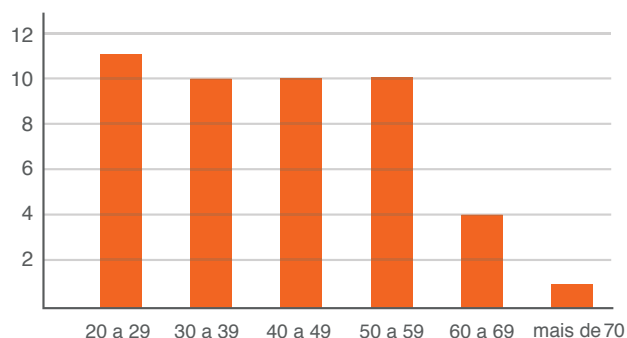
Com o apoio e facilitação da AMARC, foram realizados encontros e oficinas para pensar e debater as relações de gênero, inclusive a representação das mulheres na mídia e violências contra as mulheres em sua interface com a violação da liberdade de expressão das comunicadoras. Após os debates, foram aplicados questionários individuais semiestruturados para 46 mulheres radialistas, jornalistas, blogueiras, assessoras e educadoras de comunicação.

No universo de mulheres participantes, a grande maioria (33) é radialista, e dessas, 24 trabalham em rádios comunitárias.

Os encontros e oficinais foram realizados em dois dias cada, tendo sempre como foco, como já dito, criar espaços de confiança, nos quais as mulheres pudessem falar de si, pensar-se em contexto, pensar sobre as outras mulheres, pensar estratégias de atuação em rede, refletir sobre violências, sobre liberdade de expressão e gênero e também ser uma proposta de encontros formativos para a produção de conteúdo para os veículos de comunicação, especificamente para o rádio.

Uma vez construído esse espaço de troca, ao final, foram aplicados os questionários com questões fechadas, que poderiam ser comentadas caso a entrevistada tivesse interesse ou considerasse relevante. Os questionários foram estruturados em 6 eixos: identificação, relações sexistas no ambiente de trabalho, competências das mulheres no exercício da profissão, contexto pessoal e familiar, possíveis violências sofridas, violências graves.

TABELA 1 | Faixa etária das participantes

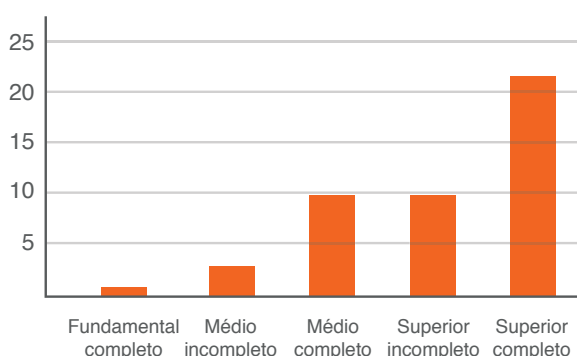


PERFIL DAS PARTICIPANTES

O universo das participantes da pesquisa demonstrou uma diversidade geracional bastante rica, elemento muito importante na construção de espaços de diálogo sobre direitos das mulheres e feminismo. A **tabela 1**, ao lado, apresenta 11 comunicadoras entre 20 e 29 anos, 10 em cada faixa de 30 a 39, 40 a 49 e 50 a 59 anos, quatro (4) na faixa de 60 a 69 anos e uma (1) com mais de 70 anos.

Em relação à escolaridade, a **tabela 2** nos traz que 1 entrevistada tem ensino fundamental completo, 3 delas possuem o ensino médio incompleto, 10 concluíram o ensino médio completo e 10 chegaram a cursar o ensino superior, mas não concluíram os estudos e 22 entrevistadas possuem o ensino superior completo.

TABELA 2 | Escolaridade



Sobre os veículos em que trabalham (**tabela 3**), a maioria (24), exerce a profissão em Rádios FM, sendo que 23 emissoras são comunitárias. As demais estão distribuídas quase que igualmente em Rádio AM (2), Rádio Web (1), Coletivo de Mulheres com atividade radiofônica (2), Instituto de Educação em Comunicação (2),

Blog (3), Rede de rádios Via Satélite (1), Agência de Notícias online (1) e Sistema de Alto Falante Comunitário (1). Duas (2) comunicadoras atuam em Assessoria de Comunicação e uma (1) trabalha como jornalista freelancer. No período da pesquisa, duas (2) radialistas estavam desempregadas.

Em relação às funções que exercem (**tabela 4**), especialmente as radialistas das emissoras comunitárias, as entrevistadas declararam que realizam mais de uma atividade. Muitas delas executam até cinco (5) funções dentro da emissora.

A função de apresentadora é realizada por 36 entrevistadas, a de repórter por 18, entrevistadora por 27, 33 são produtoras, 17, técnicas de produção, 12 fotógrafas, 8 cinegrafistas, 4 blogueiras, 6 trabalham na administração, 7 são diretoras, uma (1) é proprietária do veículo (rádio web) e 11 trabalham em outras funções. A **tabela 5** mostra essa diversidade.

O gênero do programa das entrevistadas que trabalham em emissoras de rádio, bem como os perfis dos demais veículos que as outras entrevistadas trabalham, também é bastante diversificado, como mostra a **tabela 6**. As entrevistadas realizam mais de um gênero/perfil nos veículos que trabalham. Gênero educativo-cultural é adotado por 24 entrevistadas, entretenimento é um gênero adotado por 22 e jornalístico por 20 entrevistadas. A rádio revista, onde todos os demais gêneros são trabalhados em um mesmo programa, aparece em 18 entrevistas. Serviços é um estilo adotado por nove (9) entrevistadas e seis (6) atuam em assessorias e articulações. Apenas uma (1) entrevistada atua com publicidade.

TABELA 3 | Veículos de comunicação

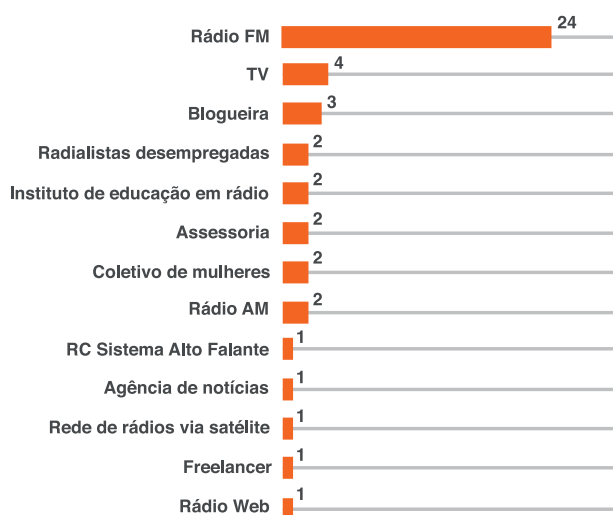


TABELA 4 | Número de funções exercidas por cada mulher no veículo em que atua

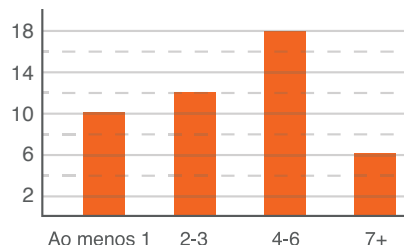
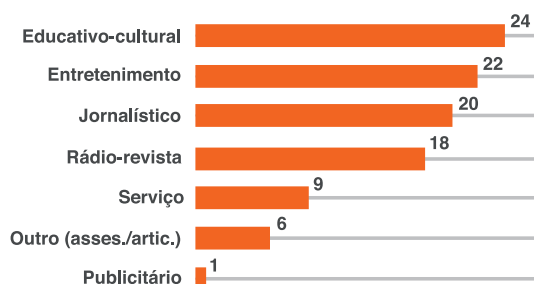


TABELA 5 | Funções exercidas pelas entrevistadas



TABELA 6 | Gênero dos programas



Questionadas sobre as temáticas que abordam em suas produções, as comunicadoras apontaram uma grande diversidade de temas: mulher, leis, direito à comunicação, movimento negro, meio ambiente, orientação sexual, violência policial, política, poesia, movimentos sociais, cidadania, músicas locais, nutrição, racismo, mensagens, histórias regionais, saúde, direitos, violência, beleza, educação, lei Maria da Penha, cultura, feminicídios, estatísticas, movimento sindical, água, personagens, literatura, fé e política, povos originários, infância e adolescência.

A diversidade de perfis, o alcance das comunicadoras em seus trabalhos, o leque de veículos de comunicação e a abrangência de temas e recortes em direitos humanos trabalhados por elas fazem da amostragem que o projeto reuniu uma boa e importante representação para a pesquisa.

ROTEIRO DOS ENCONTROS E DAS OFICINAS

Assim, diante da diversidade das comunicadoras convidadas a participar do projeto, era preciso construir um espaço de troca e confiança, no qual o direito de fala estivesse livre e garantido, especialmente a partir da escuta atenciosa e qualificada de todas.

Para tanto, imaginamos que o espaço desse encontros e oficinas, partindo da discussão de temas macro, pudesse despertar as impressões, ideias e sentimentos das comunicadoras em relação a temas políticos que se conectam diretamente ao seu fazer e viver profissionais. Pensar e discutir a relação entre mulheres e mídia foi um bom ponto de partida. Buscamos reler e problematizar notícias veiculadas na imprensa nas quais as mulheres têm suas imagens construídas a partir de estereótipos nas quais ou são exaltadas em suas características de ‘boa mulher’ ou são culpabilizadas por ‘fugirem à regra de como uma mulher deve se comportar’, justificando, inclusive, casos de violência sexual. Refletir sobre essas questões criou a possibilidade de se pensar as formas de violência as quais as mulheres estão expostas e qual o papel de mulheres comunicadoras em relação a essa pauta da violência contra as mulheres e também relação às demais pautas em que as mulheres figuram como personagens da notícia. Possibilitou também pensar as dificuldades e obstáculos que as comunicadoras enfrentam ao propor temas vinculados aos direitos humanos em seu espectro mais amplo – do direito à participação política ao direito de as mulheres viverem uma vida livre de violência, como as pautas em atuam, acima apresentadas.

“ O que fazer quando um ouvinte liga e fala de forma machista contra as mulheres? Coloca no ar ou não?”

“ Participo de diversas rodas e atividades de mulheres. Em todas elas a temática da violência contra a mulher domina o assunto. Por que isso? Vamos refletir. É aí que vemos que as formas de violência contra a mulher são infinitas e estão em todos os lugares. Estamos sempre perdendo. Por isso, devemos sempre pensar antes de produzir qualquer trabalho de comunicação. Precisamos refletir sobre nosso papel de comunicadora e ter presente a questão da violência. Nosso recorte precisa ser o contraponto para a nossa culpabilização das violências que sofremos. Caímos, muitas vezes em armadilhas, quando as autoridades ou colegas jornalistas perguntam à denunciante o que ela fez, como estava se vestindo, em que lugar estava, e por aí vai... Por isso, muitas se calam. E esse silêncio precisa ser quebrado. O que queremos é um mundo igual para todo mundo sem opressão.”

Além disso, o encontro, buscando aliar reflexão, teoria e prática, propôs a construção de conteúdos radiofônicos em diversos formatos. Nos encontros do Nordeste, as participantes formularam os roteiros e produziram spots, entrevistas e outros conteúdos em áudio. Já nos encontros do Sudeste o encaminhamento foi um projeto de Rádio Web entre as participantes. Tal proposta teve como objetivo demonstrar o potencial que uma emissora de rádio possui no combate à violência contra a mulher e à violação da liberdade de expressão. As comunicadoras foram divididas para fazer a programação, produção, operação, apresentação, coordenação e divulgação. Ali foram pensadas ações: como coordenar a equipe, qual o roteiro do programa, que elementos o texto e a locução devem ter para a transmissão da mensagem, como realizar entrevistas, que efeitos sonoros utilizar. Enfim, a ideia foi evidenciar que as questões técnicas (como apontou a pesquisa) sempre aparecem como uma necessidade na formação das mulheres comunicadoras, pois tal conhecimento é do domínio dos homens, levando a situações frequentes nas quais os pedidos das mulheres para produção de sonoplastias e sonoridades, por exemplo, não são atendidos, já que ‘elas não entendem’. Assim, compreender e saber manusear a técnica é um elemento político de liberdade para a produção de pautas e conteúdos relacionados aos direitos humanos das mulheres.

Desse modo, construído o nosso cenário de sororidade, passamos a apresentar os dados colhidos na pesquisa. É importante deixar registrado que mais que o levantamento de dados e busca por compreensão da realidade das mulheres comunicadoras, o projeto tem como objetivo a ação política e coordenada das mulheres. Podemos chamar a pesquisa de pesquisa-ação, aquela na qual a investigação qualificada dos dados da realidade e sua leitura podem pautar uma reflexão crítica sobre elementos às vezes invisíveis a olhos nus e fomentar ações de transformação social.

RELAÇÕES SEXISTAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Este bloco de perguntas do questionário centrou-se nas relações de trabalho vividas por essas mulheres comunicadoras, tanto em seu ambiente interno quanto externo, considerando suas fontes e entrevistados. O foco deste bloco foi compreender como as relações de gênero e suas potenciais desigualdades são vividas no dia-a-dia, desde as relações entre pares e chefia até discriminações de conteúdo sexual, configurando situações de assédio. O ambiente em questão centralmente é o do rádio, mas como algumas entrevistadas trabalham em outros veículos, como agência de notícias, blogs e televisão, foi possível a ampliação deste universo.

Foram elaboradas 10 questões, conforme abaixo:

- 1) Colegas de trabalho te colocam apelidos relacionados ao seu biotipo ou à forma como você se apresenta ou se comporta?**
- 2) Entrevistados, fontes ou outras pessoas que se relacionam com a tua atividade profissional, te colocam apelidos relacionados ao seu biotipo ou à forma como você se apresenta ou se comporta?**
- 3) No ambiente de trabalho, os colegas fazem brincadeiras ou piadas com apelo sexual sobre mulheres?**
- 4) Estas piadas e brincadeiras já foram direcionadas a você?**
- 5) Já se sentiu constrangida com estas brincadeiras e piadas?**
- 6) Já recebeu “cantadas” ou propostas sexuais durante entrevistas ou coberturas jornalísticas?**
- 7) Já recebeu dedicatórias através de músicas sexistas?**

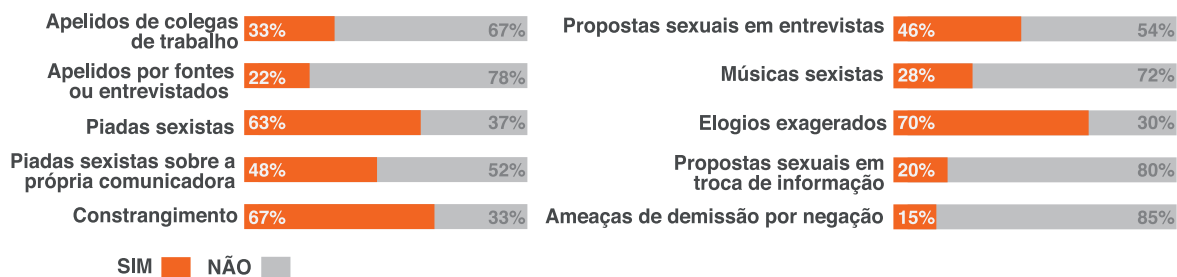
8) Já recebeu elogios exagerados pela roupa ou maquiagem que estava usando?

9) Alguma de suas fontes já insinuou ou te constrangeu com propostas de envolvimento sexual em troca da informação solicitada?

10) Já foi ameaçada de perder o emprego por se negar às propostas de envolvimento sexual?

Em laranja, estão concentradas as respostas positivas (sim) e em cinza, as negativas, conforme abaixo:

TABELA 7 | Relações sexistas no ambiente de trabalho



As respostas das participantes revelam a existência de uma discriminação sexista estrutural, no qual essas 'brincadeiras' fazem parte do cotidiano de seu trabalho, afetando-as diretamente ou afetando colegas de trabalho.

Importante ressaltar que o espaço de troca e parceria construído ao longo dos encontros possibilitou uma mudança de olhar sobre essas situações, inclusive. Ficamos com o exemplo de uma das comunicadoras que, chamada pelos colegas de "a Barbie da rádio", e habituada a ouvir comentários de colegas, entrevistados e fontes, como: "Nossa!! Você é completa. Tem boa voz, é bonita e é jovem, perfeita para trabalhar em rádio", considerava tais abordagens uma forma carinhosa de tratamento. Participar dos encontros lhe deu outra dimensão da situação, compreendeu que o tom de admiração escondia cobiça sexual e que aquelas abordagens que ela considerava natural e que até se sentia lisonjeada, não eram, na verdade, um reconhecimento pela sua competência profissional, mas meros elogios a sua estética física. Ao responder o questionário, disse que sim, recebeu apelidos estigmatizantes, e entendeu que não havia reconhecimento por parte de seus colegas pela profissional que era, mas por sua beleza física e os elogios eram com "outros interesses". Constatou que sofreu violência de gênero e que essa violência estava afetando seu desempenho profissional.

→ 68% das entrevistadas declararam já terem ficado constrangidas com piadas sexistas direcionadas ou não a si mesmas no ambiente de trabalho

→ 33% das entrevistadas já receberam apelidos de colegas de trabalho; 21% receberam tais apelidos por parte de fontes ou entrevistados

É interessante ressaltar que as 'piadas', que se apresentam embrenhadas na discriminação de gênero, apontam dimensões também de conteúdo racista e geracional, ou seja, chamamos de 'piada' o que, de fato, não o é, mas que traz um conteúdo de naturalização tão presente que coloca as mulheres em situações de difícil dimensionamento de possíveis violências e assédios sofridos. As características específicas de cada uma são usadas ora de forma sutil ora de forma escancarada, de modo a 'por a prova' a capacidade de as mulheres enfrentarem aquele ambiente.

Em relação ao assédio sofrido e se esse resvala também em ameaças no campo profissional:

→ 46% das entrevistadas declararam que foram diretamente assediadas em entrevistas e/ou contato com suas fontes

→ Nove (20%) das entrevistadas declararam que o assédio se dá como forma de "troca" de informações

→ Sete (15%) declararam terem sido ameaçadas de demissão por negarem as propostas sexuais

TABELA 8 | Propostas sexuais no exercício da profissão



Os depoimentos colhidos durante os encontros denotam que as características físicas, tais como a voz ou a beleza são 'elogiadas', gerando constrangimento. Em outras situações, o 'convite' é direto, vindo de fontes ou colegas de trabalho, inclusive questionando o desempenho sexual das mulheres na cama. Em outras situações, a negativa ao assédio cria empecilhos no próprio processo de apuração da notícia ou no exercício da profissão em turnos noturnos, por exemplo.

“Me chamavam de louca durante essas brincadeiras de mau gosto que eles fazem. Era para ferir, para estigmatizar mesmo. Só pra gerar desconfiança questionavam: ‘como será que ela conseguiu o espaço?’”.

“Me incomodo o tempo todo, tanto em relação à questão sexual como à negritude. Sei que é racismo, é pra diminuir mesmo. Já saí de um emprego numa boa rádio por esse motivo. A chefe disse que não podia gravar chamada para TV porque o cabelo “não competia” com a emissora. Pedi demissão...”

“Menina da trança. É estigmatizante pela negritude, tem sentido ofensivo, sim”.

“O prefeito se refere a mim, zombando, como ‘Aquele menina!’. ‘Ela faz perguntas que eu não gosto’”.

“Fiquei sem saber o que responder e, pior, na hora me senti culpada”.

“Eu me sinto muito incomodada, fico nervosa e dificulta ainda mais o diálogo, que deixa de fluir”.

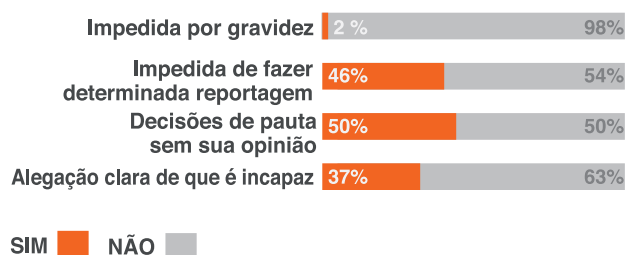
COMPETÊNCIAS FEMININAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Este bloco de perguntas tentou apurar em que medida o fato de ser mulher pode gerar dúvidas quanto às suas competências para o exercício da profissão. Suas habilidades e inabilidades profissionais têm relação com 'ser mulher'. Como seus colegas lhes veem, como lhes veem a chefia, que pautas e temas bem como suas abordagens são a elas direcionados no exercício cotidiano da profissão. O comportamento das fontes e entrevistados também foi questionado. A relação com os ouvintes e com anunciantes também foi perguntada. O aprendizado na profissão, especialmente no domínio da parte técnica de operação do rádio, é sentido ou não a partir dessas discriminações de gênero.

Para esse tema do questionário foram elaboradas 13 perguntas, conforme abaixo:

- 1) Já foi impedida de assumir alguma tarefa ou emprego por estar grávida?
- 2) Você já foi impedida de fazer uma reportagem ou abordar algum assunto pelo fato de ser mulher?
- 3) Ao pedir auxílio para esclarecer fatos ou tirar dúvidas sobre seu trabalho, colegas ou diretores utilizam expressões de menosprezo aos seus questionamentos?
- 4) Diretores ou colegas de trabalho já decidiram temas e pautas para você trabalhar, sem pedir a sua opinião?
- 5) Quais os temas e pautas eles decidiram que você deveria trabalhar?
- 6) Alguém já afirmou que não iria te dar informações ou entrevista por você ser mulher?
- 7) Em alguma vez já disseram que você não é capaz de fazer uma reportagem por ser mulher?
- 8) Você já trabalhou com colegas homens desempenhando a mesma função e recebendo salário mais alto que o teu?
- 9) Na busca por emprego, já justificaram que você não seria contratada por ser mulher?
- 10) Já recebeu ameaças por fazer uma determinada reportagem ou programa?
- 11) Já sofreu humilhações, menosprezo, críticas ou grosserias por parte de diretores ou colegas de trabalho?
- 12) Você acha que há diferenças no tratamento dado a você e aos homens que trabalham com você?
- 13) Que informações te levaram a acreditar que a não contratação ou a perda do emprego se deu por ser mulher?

TABELA 9 | Questões que remetem à incapacidade de exercer a profissão por ser mulher



Dentre as entrevistadas, 46% declararam terem sido impedidas de fazer determinada reportagem por serem mulheres, sob a justificativa de que a pauta seria perigosa, seria melhor se realizada por homem, por não ser um tema que mulheres entendem (cobertura futebolística, por exemplo) ou por ser um tema que é preciso firmeza (cobertura política, por exemplo). Mesmo dentre aquelas que declararam não terem sofrido discriminação direta, foi relatado a existência de certo consenso nas emissoras de que mulheres devem se dedicar a assuntos mais amenos e leves, considerados de menor importância jornalística.

Metade das entrevistadas declarou não ser consultada sobre as pautas ou não serem elas as que decidem sobre o tema a ser investigado/trabalhado.

Novamente aqui, nos relatos dos encontros, a transversalidade de gênero e raça se interconectam quando a comunicadora é uma mulher negra, especialmente no caso da TV. Relatam situações na qual a pauta ‘cai’ por ser a comunicadora uma mulher, para depois ‘ressurgir’ sob a responsabilidade de um colega homem. Relatam discriminação também e inclusive por chefes mulheres, que em determinadas situações consideram a pauta difícil de ser realizada por ter uma equipe de mulheres sob sua coordenação. O acesso às informações se torna mais difícil e restrito, muitas vezes acontecendo de forma velada e em algumas situações até de forma explícita, desqualificando a profissional.

As comunicadoras ouvidas são unânimes em relatar que os homens entendem que a produção de informações pelas mulheres deve ser sobre assuntos mais amenos, fáceis, sensíveis, considerados de menor importância jornalística. Os assuntos mais importantes e polêmicos são pautas para eles.

As situações relatadas pelas entrevistadas mostram com relação a incapacidades ou impeditivos relacionados ao gênero feminino evidenciam que as comunicadoras precisam estar o tempo todo provando sua capacidade e integridade profissional. Mais uma vez cabe a declaração de que “a mulher não pode permitir, para sobreviver na emissora é preciso um esforço muito grande”.

TABELA 10 | Rejeição por ser mulher



“Futebol não é lugar de mulher. Vamos falar de outra coisa porque você não entende de futebol”;

“A Micareta é perigosa para as mulheres, não é seguro para você fazer as reportagens”.

“Eu nunca imaginei que você fosse capaz de escrever matérias sobre política”.

“Ah, deixa comigo. Você vai errar. Com você não vai ser do jeito que precisa, porque você é mulher. Deixa pra mim que sou homem”.

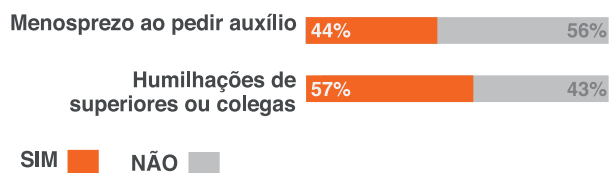
“A própria diretora da rádio disse em uma reunião sobre a cobertura das olimpíadas: Eu estou com um problema sério, todas as repórteres são mulheres”.

O que se constatou durante os debates e com as declarações durante a aplicação dos questionários é que o espaço de trabalho da comunicadora é um desses lugares em que comportamentos sexistas são construídos e reproduzidos constantemente e que, também, é um espaço de objetificação da mulher e de naturalização das violências de gênero. Por consequência, os direitos à liberdade de expressão das comunicadoras estão sendo violados.

A condição de ser mulher coloca, inclusive, as profissionais em risco quando fazem denúncias ou abordam assuntos polêmicos: 37% delas relataram terem sofrido ameaças. A atuação delas é posta à prova também nas redes sociais, criando em diversas situações um clima de tensão, ameaça e insegurança.

A discriminação se manifesta até quando as comunicadoras pedem ajuda para aprimorar o desempenho do trabalho. Relatos indicam que 44% já foram menosprezadas nessas circunstâncias.

TABELA 11 | Inibição



Em relação ao assédio moral, 57% das mulheres relataram o terem sofrido por parte de colegas ou superiores no ambiente de trabalho. Sua capacidade de aprendizado é posta à prova e a desqualificação das mulheres é explícita, segundo os relatos.

Adentrar em uma área considerada masculina exige perseverança e destreza. E aprender a dominar essas tecnologias é o desafio de todas as entrevistadas. Para as mulheres que não sofreram menosprezo ou chacota ao solicitar ajuda, o aprendizado técnico pode ter tido menos dificuldades. Mas é significativo considerar que quase a metade delas relatou as mais diversas contraposições, indisposições e discriminação por parte de colegas para o repasse destes conhecimentos, exigindo-lhes esforços foram redobrados.

A rapidez nas mudanças, ajustes e aperfeiçoamentos nas tecnologias da comunicação dificultam ainda mais às mulheres em acompanhar essas evoluções. Mas, as experiências trazidas pelas participantes, principalmente as mais jovens e as que atuam em Rádios Comunitárias, mostraram o quanto elas estão conseguindo superar as dificuldades, tanto em relação ao conhecimento em si como o enfrentamento à negação e menosprezo por parte dos colegas da área técnica.

“Dificultavam o repasse das informações para me sentir burra.
Nas tecnologias ensinam por códigos e não economizavam no ‘tecnoluê’, só para mostrar que não eu não conseguiria aprender. Quando eu perguntava algo, me diziam: ‘você não sabe?? como assim?? Será que adianta eu explicar?? Acho que você não vai entender mesmo...’ E não explicavam”.

“Nunca negaram explicitamente, mas demonstravam má vontade, impaciência, menosprezo e diziam: ‘agora não tenho tempo’, ‘agora não posso lhe ensinar, não, ó!’”

“O técnico quando viu que tive dificuldades em aprender uma determinada ação no programa disse: ‘Puxa, ainda bem que você é ruiva, não é loira!’”.

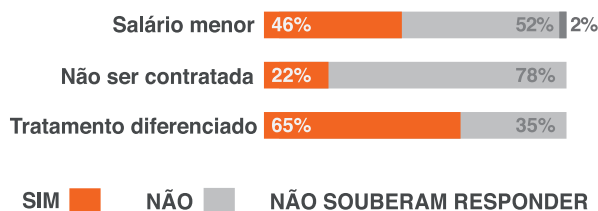
“Os chefes diziam: “deve ter espírito loiro”.
“Não tive coragem de responder porque eles são os chefes.
O operadores também se negavam a ensinar”.

“Quando pediu informações sobre os programas de automação foram dadas rápidas, quando pediu para repetir fez expressão de menosprezo – “nossa, de novo?!?”

“Quando me viram na frente do microfone, disseram: será que ESSA mulher consegue?”

Em relação à discriminação sofrida em processos de contratação ou política salarial, 46% contra 52% disseram receber menores salários para o desempenho de mesmas funções, relatando casos ao longo de suas trajetórias profissionais em que tal desigualdade aconteceu. Ser mulher foi um impeditivo de contratação para 22% delas, sendo a preferência por voz masculina abertamente declarada em algumas situações, a orientação sexual da mulher é também um elemento de discriminação assim como a beleza um fator de desempate no critério contratação. Uma das entrevistadas declarou que o fato de estar grávida impediu que fosse contratada para uma vaga de emprego.

TABELA 12 | Discriminação



Já no tratamento diferenciado entre homens e mulheres, 65% das mulheres já notaram ter recebido um tratamento diferente em relação aos homens, enquanto 35% disseram não saber ou nunca terem reparado nessa diferenciação. Fragilidade, descrédito nas habilidades e competências e intenções sexuais são as formas que as entrevistadas apontaram para o tratamento dado às mulheres.

“ Quando solicitei um horário que estava vago e que era de melhor audiência, entendi logo que era por eu ser mulher porque no dia seguinte, a vaga estava ocupada por um homem”.

“ Sim, há muita diferença no tratamento de homem em comparação com a forma que se trata uma mulher. Olham as mulheres com mais fragilidade, desacreditando nas habilidades e competências no desempenho da função”.

“ Eles têm mais credibilidade. Quando falam com as mulheres, a impressão é que sempre tem segundas intenções, pois falam com menos firmeza no que dizem”

“ As mulheres bonitas são tratadas melhor. Há hierarquia no tratamento das mulheres a partir do critério beleza”.

“ Como produtora executiva sempre ganhei menos do que os homens”.

“ Prefiro voz masculina porque mulher dá muito trabalho”, “Você não combina com a nossa programação, porque só temos homens e já temos uma mulher”.

“ Fui classificada [para o emprego] pelo currículo, mas na entrevista, vi logo a expressão de decepção, por ser mulher e lésbica”.

“ É como se existisse uma barreira por ser mulher”.

“ Não havendo liderança forte feminina, o masculino sempre vai estar indicando o que e porque tem que ser feito, inclusive definindo o salário”.

“ Em TV é comum as mulheres ganharem menos em todas as funções”.

“ Quando era editora e câmera. Eu tinha formação e os homens não, mas eles ganhavam mais e a justificativa era clara: você é solteira e não tinha filhos”.

CONTEXTO PESSOAL E FAMILIAR

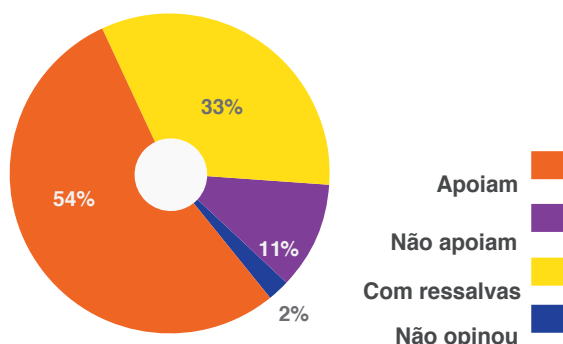
Neste bloco de perguntas, buscamos identificar as motivações para escolha profissional inseridas no contexto familiar das mulheres bem como o seu exercício. Entendeu-se aqui família em sua configuração nuclear (pais, mães, companheiros/as, filhos/as).

Foram elaboradas as seguintes perguntas:

- 1) Quantas pessoas moram com você?
- 2) Você é casada?
- 3) Você tem filhos?
- 4) Como as pessoas da sua família veem o seu trabalho?
- 5) Como você divide o tempo entre as atividades relacionadas ao trabalho e a vida pessoal/familiar?
- 6) Você está satisfeita com essa divisão do tempo entre suas atividades?
- 7) Pai, esposo ou namorado apoiam a sua decisão de trabalhar com comunicação? Por quê?
- 8) Esposo ou outra pessoa da família já questionou sua roupa ou maquiagem para ir ao trabalho?
- 9) Sua família já tentou te impedir de ser comunicadora?

As respostas relatam as percepções que as mulheres comunicadoras têm sobre suas famílias acerca de suas escolhas. Dividimos as respostas em quatro categorias para efeitos de tabulação: apoiam, não apoiam, apoiam com ressalvas e não opinaram.

TABELA 13 | Olhar da família sobre a profissão escolhida



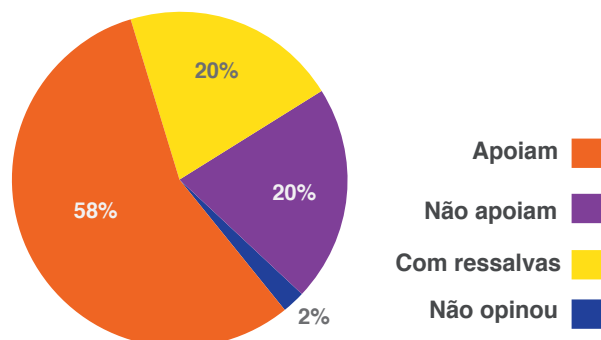
De acordo com essa classificação, 54% (25 mulheres) das entrevistadas disseram que recebem apoio da família, 11% ou 5 entrevistadas disseram que a família não as apoia, 33% ou 15 entrevistadas declararam que sim, recebem apoio da família, mas com ressalvas. As ressalvas apontadas referem-se à preferência por outras profissões, menos quantidade de trabalho, remuneração melhor, estigmas e preconceitos relacionados com a profissão e com a mulher que exerce essa profissão. Uma entrevistada absteve-se de emitir opinião nessa questão.

As falas das mulheres trazem relatos, em geral, de respeito pela escolha, mas sem muito entusiasmo, sem incentivá-la. Elas relataram o apoio mais incondicional quando enunciavam outras escolhas profissionais mais ‘femininas’, como nutricionista. Relatam a possibilidade de reconhecimento familiar apenas após a conquista de um certo espaço profissional.

Por outro lado, há também falas muito motivadoras e apoiadoras, especialmente vinda das mães e mulheres da família, que não tiveram a oportunidade de estudar como as comunicadoras entrevistadas na pesquisa.

Em relação ao apoio recebido pelos homens da família, os números que apontam que 58% das comunicadoras são apoiadas pelos homens da família, 20% não apoiam e a mesma porcentagem de homens aceitam a escolha profissional, mas com ressalvas. Este último campo foi estabelecido no espaço aberto destinado aos comentários a essa pergunta, ao declararem o apoio, mas colocarem alguns 'senões' trazidos pelos homens, tais como, apoiar mas preferir que exercessem outra profissão, não terem apoiado no início ou não acreditar muito na potência do trabalho, achar que a profissão é mal remunerada, que se há destaque da mulher, passam a ouvir comentários impeditivos para o seu exercício. Neste campo, a falta de apoio se revelou, inclusive, em dois relatos de violência (mostrados adiante).

TABELA 14 | Olhar dos homens da família sobre a profissão escolhida



Pode-se dizer, em termos genéricos, que o exercício da profissão de comunicadora por essas mulheres é um território que foi conquistado. A escolha de uma profissão que coloca as mulheres necessariamente em um lugar de fala é desestabilizante para as relações de gênero configuradas em papéis de masculinidade e feminilidade.

E é importante ressaltar que o apoio familiar também se relaciona com uma interferência direta no exercício da profissão e com um certo controle sobre questões da vida privada das mulheres entrevistadas:

→ 14 entrevistadas (30%) declararam já terem sido questionadas pelo seu modo de vestir e por utilizarem maquiagem

→ 10 entrevistadas (21%) já sofreram tentativas de impedimento de ir ao trabalho. Uma delas inclusive teve seu computador escondido e sofreu ameaças de morte em virtude do seu sucesso profissional

Os relatos trazidos pelas entrevistadas nos dão a dimensão do controle que é exercido em relação às mulheres, numa tentativa de desautorizar sua conduta profissional a partir do vestir-se e do maquiarse, repercutindo, inclusive, em situações nas quais, as profissionais negras, por exemplo, são questionadas se usam turbante.

E apesar de tudo isso, 70% delas se declaram satisfeitas com a profissão; 17% ressaltam que a insatisfação se refere às dificuldades enfrentadas e 13% se dizem satisfeitas, mas gostariam de ter mais tempo para se dedicar a pautas mais específicas e melhor produzidas bem como ter mais tempo para a vida pessoal ou melhor retorno financeiro.

TABELA 15 | Interferência da família na realização do trabalho

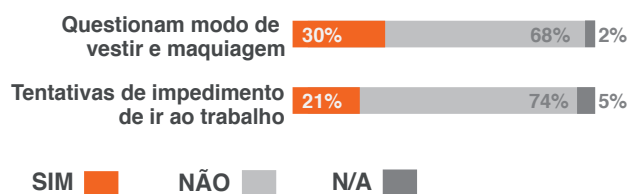
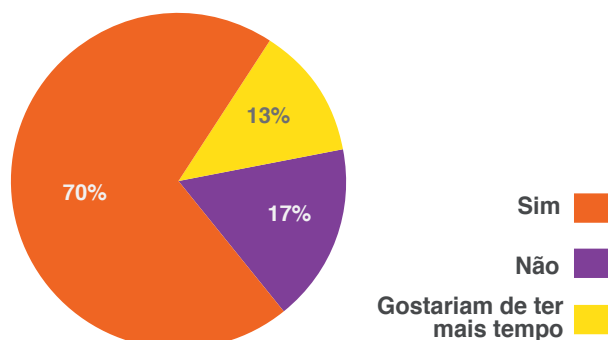
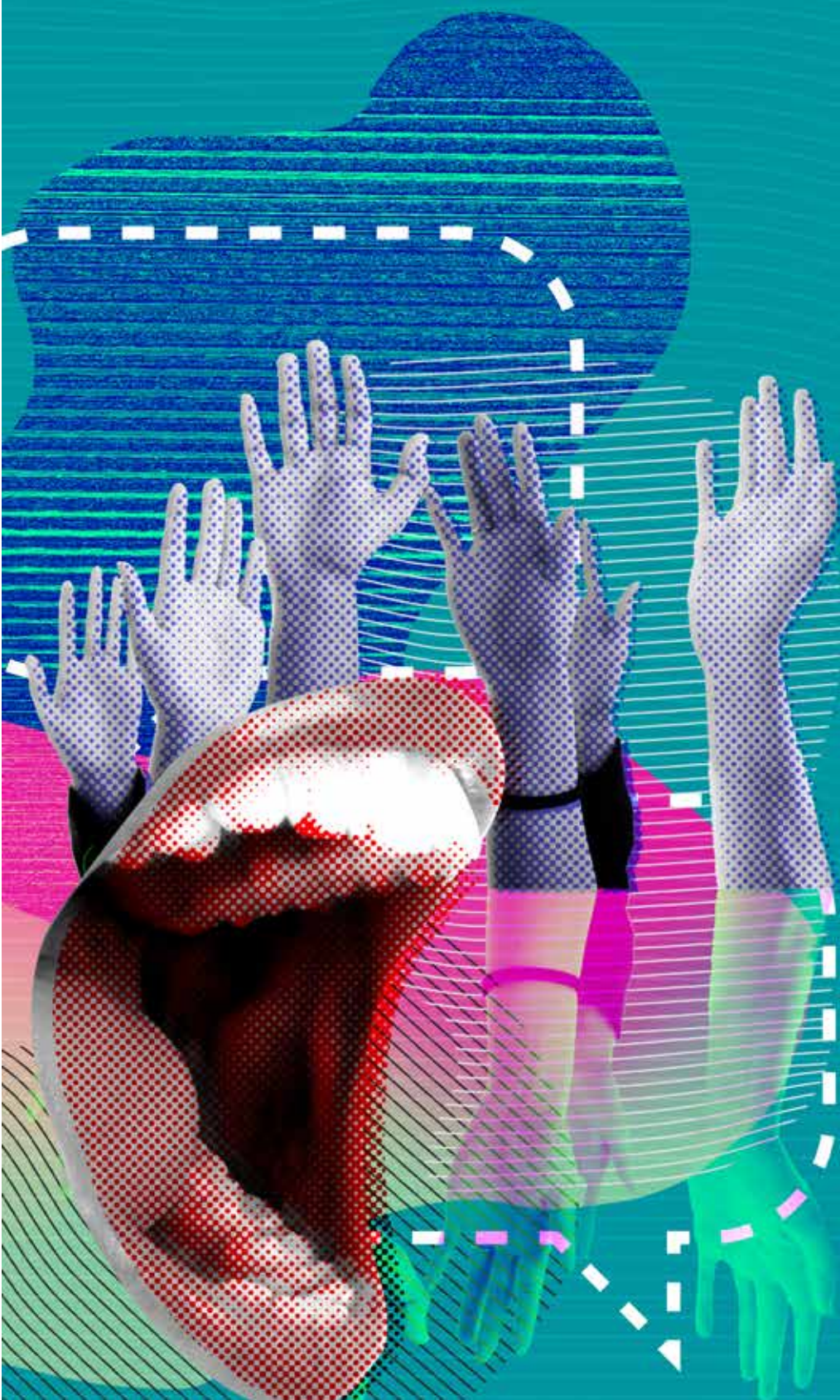


TABELA 16 | Satisfação com o trabalho



OS RELATOS DE VIOLÊNCIA



TENDO COMO BASE AS CONCEITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA contra a mulher presentes na Lei Maria da Penha e segundo o Conselho Nacional de Justiça, o questionário abordou as consideradas violências ‘leves’. As violências ‘graves’ foram registradas em questionário específico, segundo metodologia desenvolvida pela ARTIGO 19.

É sabido que a Lei Maria da Penha define a violência doméstica e familiar contra as mulheres, delimitando sua aplicação aos casos de que haja relações de afeto e intimidade. No entanto, por se tratar lei que tem como fundamento a Constituição Federal e os tratados internacionais de proteção dos direitos das mulheres, especialmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, há que se compreender que ela atua como verdadeiro programa de elaboração de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher e que as modalidades de violência ali apresentadas nos servem de parâmetro para abordar a questão em outros espaços.

Assim, em seu artigo 7º, a lei nos traz as formas de violência contra a mulher. É importante lembrar que este rol é exemplificativo e que novas formas de nomear podem surgir, fruto dos processos sociais em que vivemos:



I - A VIOLÊNCIA FÍSICA, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;



II - A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;



III - A VIOLÊNCIA SEXUAL, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;



IV - A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;



V - A VIOLÊNCIA MORAL, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Além das definições da Lei Maria da Penha, o Conselho Nacional de Justiça disponibiliza em seu site (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>), outras definições complementares à lei, que também nos servem de parâmetro para presente pesquisa:



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação,

sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO - violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - quando ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.



VIOLÊNCIA FAMILIAR - violência que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa).



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL - tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.



VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/Violência Doméstica - acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono.

Assim, tendo como base esse parâmetro legal, elaboramos o bloco de perguntas desta parte do questionário:

1) Já sofreu alguma violência no exercício de sua profissão?

- a. Violência familiar, intrafamiliar e doméstica
- b. Assédio ou violência sexual
- c. Assédio ou violência moral
- d. Violência psicológica
- e. Violência patrimonial
- f. Violência física
- g. Ameaça à família
- h. Não contratação ou perda do emprego por ser mulher
- i. Ameaça de morte
- j. Tentativa de assassinato
- k. Sequestro
- l. Tortura

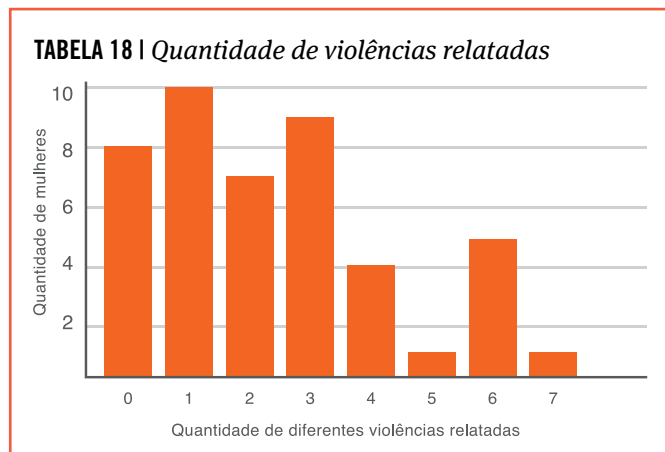
2) Se sofreu violência sexual, como aconteceu?

3) Qual a gravidade da agressão física que sofreu?

4) A sua família já foi ameaçada por você ter feito alguma matéria de desagrado ou mesmo se negado à propostas sexuais? Que tipo de ameaças foram?

As violências psicológicas são cotidianas (65%), espalhadas nas relações domésticas familiares ou no ambiente de trabalho, havendo casos em que se exacerba quando, por exemplo, a comunicadora viola a regra heteronormativa de comportamento sexual: “Já sofri muita violência psicológica e lesbofobia. Eu acho também que algumas dificuldades que a minha mãe tem em encarar determinadas situações e até a educação que ela teve e que não consegue se libertar, eu encaro como uma violência pra ela e pra mim”.

A tabela a seguir indica quantas mulheres sofreram algum tipo de violência:



Combinada à tabela ao lado, apontamos a recorrência das violências sofridas:

Em relação ao assédio sexual, os relatos também foram no sentido de que são recorrentes. E neste ponto, não nos iludamos que isso somente ocorre em emissoras comerciais. O assédio também está presente nas rádios comunitárias, onde se espera ou se deseja relações mais horizontais e menos machistas.

“Vivi uma situação de assédio sexual que quase chegou a violência sexual física, com um dos coordenadores da instituição. A abordagem foi violenta, me colocando contra a parede e exigindo que eu aceitasse suas propostas. Para não partir para agressão física, pois sou capoeirista e ele levaria desvantagem, eu falei que tinha namorado. O mais absurdo é que ele só parou quando eu falei isso. Eu não tinha namorado, mas precisei usar esse argumento para ele parar com a ‘autoridade’ dele sobre a minha pessoa. É um absurdo ter que usar um argumento que me faz precisar de um homem para outro homem parar de ser violento”.

“Os assédios são nojentos. Vão de cantadas explícitas a abraços demorados, se aproximam da gente sem o consentimento, chegam encostando o pênis, passam a mão pelo corpo, falam que só consigo as coisas porque tenho vagina, falam que transmiti DST no ar, enfim... violência psicológica e assédio moral sofri muito. Os chefes já disseram “deve ter espírito louro”. Eu não tenho coragem de responder porque são chefes. Mas, agora, eu aprendi a falar. As vezes em tom de brincadeira vou cortando a aproximação. Mas, foi difícil, quando passei a pedir para parar com esses comportamentos fui desqualificada profissionalmente”.

Uma outra entrevistada disse que está cansando, que está difícil de aguentar: “O que já sofri de violência psicológica e assédio me desestimularam a trabalhar em rádio, já não tenho o mesmo gosto pela apresentação em rádio”.

A violência patrimonial não foi relatada tanto quanto a psicológica, mas os cinco (5) casos que se apresentaram também são assustadores. Uma das comunicadoras relatou que teve seu computador escondido pelo “companheiro” para impedi-la de ir ao trabalho. Conseguiu contornar a situação e terminar o relacionamento. Outra, que sofreu violência doméstica (citada em violências graves, pois recebeu ameaça de morte), teve computadores quebrados, celular escondido e livros rasgados pelo ex-marido. As outras três comunicadoras que sofreram violência patrimonial, também descrevem esse sentido de propriedade que os companheiros têm sobre a mulher.

Sobre as violências graves, como já dito, foi elaborado um questionário específico, seguindo a metodologia da própria ARTIGO 19 para esses tipos de violência, buscando apreender que tipo de violência foi, o local do fato, a forma como o crime foi cometido, qual o perfil dos suspeitos/autores, a suposta motivação, qual o estado psíquico do suspeito e se houve ou não ameaças antes do cometimento do crime.

Para a presente pesquisa, foram consideradas violências graves: ameaça de morte, tentativa de assassinato, homicídio e sequestro. Foi ainda incluído um item ‘outro’, de modo a deixar o espaço livre para processos de nomeação das violências sofridas de acordo com a percepção de gravidade individual de cada uma das mulheres.

Sobre o local do fato perguntamos se ocorreu em casa, no trabalho, na rua, na apuração de uma reportagem ou pauta.

Sobre a abordagem para o cometimento dos crimes, perguntamos qual o meio utilizado: telefone, carta escrita, whatsapp, e-mail, rede social, recado, ameaça com arma.

Sobre a motivação, buscamos compreender em que contexto se deu o cometimento da violência: numa investigação/apuração, denúncia ou por opinião emitida.

Sobre o assunto motivador, perguntamos qual a pauta poderia ter gerado a violência: corrupção, política, narcotráfico, tráfico de pessoas, trabalho escravo, exploração sexual, exploração sexual de criança e adolescente, passionalidade, reforma agrária, meio ambiente, projetos desenvolvimentistas e outros.

Para o perfil do suspeito, perguntamos se era: polícia, político, agente público, empresário, crime organizado, ruralista, outro e ‘não foi possível apurar’. E sobre seu estado psíquico, inquiremos se estava alcoolizado, raivoso, nervoso, seguro e com clareza do que estava fazendo, tranquilo e sereno, autoritário, bruto, outro e ‘não foi possível apurar’.

Por fim, perguntamos se a entrevistada já havia sofrido ameaças antes.

Das 46 entrevistadas, 8 relataram ter sofrido violência grave, sendo 6 ameaças de morte e 2 casos de privação de liberdade, nos quais uma comunicadora foi presa em manifestação de rua e outra teve prisão preventiva decretada a pedido do Ministério Público.

Sobre o perfil dos autores, temos:

- 2 eram agentes públicos
- 2 eram policiais
- 1 era político
- 2 eram ex-maridos
- 1 era desconhecido

Os números brutos apontam que mais da metade dos casos relatados parecem estar relacionados ao exercício da profissão, como apontam as motivações para as violências sofridas.

- ➔ Metade (4 casos) refere-se a denúncias feitas pelas comunicadoras (falta de atendimento médico hospitalar, violação de direitos humanos no sistema prisional, fechamento de rádios comunitárias e aumento de passagens de ônibus)
- ➔ 2 casos referem-se a opiniões emanadas pelas comunicadoras – um sobre racismo e outro contrário à administração municipal
- ➔ 2 casos de misoginia, tendo sido as comunicadoras ameaçadas pelos seus ex-maridos em virtude de seu sucesso profissional

É interessante perceber que nas respostas no preenchimento dos questionários, há um perfil dos supostos autores das ameaças perpetradas contra as comunicadoras – do encomendado pelo prefeito passando pelo policial militar – eles sempre mantiveram a calma e a assertividade nas palavras e atitudes ameaçadoras, quer tenham sido feitas por bilhetes, ligações telefônicas ou pessoalmente. Em uma das situações, a ameaça se estendeu a familiares da comunicadora.

Curioso ainda notar que nas ameaças sofridas pela internet, com a criação de um perfil falso em rede social, as palavras raivosas e a brutalidade estavam presentes. O desconhecimento da figura do agressor pode transformar, inclusive, qualquer potencial desafeto em possível violador, trazendo uma instabilidade emocional e sofrimento psíquico bastante específicos.

Com exceção dos casos em que houve violência doméstica e familiar, pois nestas situações a relação de convivência e afetividade parece conferir outro tipo de comportamento aos agentes: as comunicadoras, em ambos os casos, relataram agressividade e intimidação direta. A mesma brutalidade pode ser observada no caso de cumprimento de mandado de prisão de uma das comunicadoras por denúncia realizada por ela no exercício da profissão.

UMA CONCLUSÃO E MUITOS CAMINHOS

COMPREENDER A REALIDADE DAS MULHERES COMUNICADORAS em suas múltiplas facetas, no exercício da profissão, nos caminhos trilhados para chegar até aqui, na escolha profissional, nas suas relações familiares e afetivas, no seu direito de viver livre de violência e no direito de se expressar livremente, foi o grande desafio da presente pesquisa.

No entanto, como já ressaltamos, tratou-se uma pesquisa que se projeta para a ação política e que, portanto, nos convoca para refletir sobre quais caminhos seguir para garantir o exercício pleno de direitos tanto das mulheres comunicadoras quanto daquelas que as cercam, quer sejam suas colegas de trabalho, suas familiares, suas entrevistadas, enfim, mulheres que, direta e indiretamente, são afetadas pelas relações desiguais de gênero e pela violência material e simbólica que este sistema traz consigo.

Estar em uma situação de violência nos traz desafios sobre as melhores formas de agir, onde buscar ajuda, onde denunciar ou se seria melhor se calar, haveria alguma possibilidade de justiça e reparação, quais as consequências encarar quando se resolve quebrar o ciclo de silêncio e nomear práticas que violam direitos. Tudo isso faz parte de um emaranhado de situações e relações complexas para o qual não há uma receita nem um único caminho.

Nos casos das violências entendidas como crime, ou seja, aquelas que podem chegar ao sistema de justiça, as pesquisas acadêmicas e a experiência das mulheres têm apontando que nem sempre se encontra boas respostas. Obviamente, é preciso provocar o sistema e enfrentar uma estrutura que, em sua maioria, está constituída por profissionais que não compreendem as relações machistas e patriarcais. Apenas a demanda das mulheres pode provocar o sistema de justiça, que por meio de seus profissionais possa refletir sobre a qualidade dos serviços oferecidos e da efetividade ou não de suas decisões. O investimento em educação e formação de tais profissionais é fundamental, mas muito importante também é que as mulheres estejam assessoradas por uma rede profissional de atendimento e acolhimento que possa lhes dar o suporte necessário para construir sua história livre de violência.

Mas é tão importante também que as mulheres estejam cercadas por uma rede primária, seja ela a família, os amigos, as amigas, pessoas de sua confiança que possam lhe apoiar.

Por isso, a construção de espaços de cuidado e escuta feminista é tão importante. Falando e ouvindo – juntas – mulheres se fortalecem no processo de compreensão da realidade na qual estão inseridas. Falando e ouvindo – juntas – mulheres se fortalecem na compreensão da realidade das demais mulheres, suas desconhecidas, porém suas iguais.

Parece-nos que essa é a rede que precisa ser fortalecida e ampliada. Uma rede de mulheres que fala e que se escuta. Uma rede de mulheres que acolhe. Uma rede de mulheres que está aberta, inclusive, a se questionar, a duvidar de suas certezas. Uma rede de mulheres que sabe entender o dissenso como caminho para a construção de práticas democráticas, com cuidado, responsabilidade e afeto.





Reino dos Países Baixos

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
ARTIGO 19

CONSULTORIA E PESQUISA
Rede de Mulheres da AMARC

TEXTO
Fernanda Fernandes

REVISÃO DE CONTEÚDO
Júlia Lima

SUPERVISÃO
Paula Martins

PROJETO GRÁFICO:
Claudia Inoue
e Mariana Coan

ARTIGO 19 BRASIL
DIRETORA-EXECUTIVA
Paula Martins

ACESSO À INFORMAÇÃO
Joara Marchezini
Bárbara Paes
Henrique Goes
Paulina Bustos Arellano
Ester Borges Santos

PROTEÇÃO E SEGURANÇA
Júlia Lima
Thiago Firbida
Raphael Concli

DIREITOS DIGITAIS
Laura Tresca
Marcelo Blanco dos Anjos
Paulo Lara

CENTRO DE REFERÊNCIA LEGAL
Camila Marques
Raissa Maia
Fabio Pereira
Mariana Rielli

COMUNICAÇÃO
João Ricardo Penteado
Rodrigo Emmanuel
Vitória Oliveira

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Regina Marques
Rosimeyri Carminati
Yumna Ghani
Sofia Riccardii

CONSELHO ADMINISTRATIVO
E FISCAL
Eduardo Pannunzio
Luiz Eduardo Patrone Regules
Malak El Chichini Poppovic
Luciana Cesar Guimarães
Belisário dos Santos Júnior
Marcos Roberto Fuchs
Thiago Lopes Ferraz Donnini
Heber Augusto Ivanoski de Araujo



“Esta obra foi licenciada com uma Licença
Creative Commons. Atribuição - CC 3.0 BY-SA”

ARTIGO 19 BRASIL

Defendendo a Liberdade
de Expressão e Informação

Rua João Adolfo, 118, conjunto 802
CEP 01050-020 | Centro | São Paulo | SP

T +55 11 3057-0042

F +55 11 3057-0071

W www.artigo19.org

TW @artigo19

FB facebook.com/artigo19brasil

Realização:

ARTICLE¹⁹

